



A QUEM INTERESSA NOSSO MEDO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)?: COLONIALIDADE, PODER E EDUCAÇÃO¹

Ofélia Maria Marcondes

Um robô não pode fazer mal à humanidade e nem, por inação, permitir que a humanidade sofra algum mal.

Isaac Asimov

Considerando que a Inteligência Artificial (IA) não é capaz de uma reflexão filosófica e também não é capaz de lidar com a ironia e nem de discernir realidade e falsas associações, do que temos medo? Este artigo² tem como objetivo construir uma reflexão sobre esse medo, as relações com a colonialidade, o poder e a educação em tempos de IA. Parece muita coisa para um texto breve, mas o que eu busco é dialogar sobre essas questões e que nos coloquemos com os olhos abertos, e bem abertos, diante da telinha, já que a IA é capaz de **emular** processos e resultados, entrecruzando dados alimentados por nós, seres humanos. Ela é apenas mais uma criação humana e não a superação do humano. Neste texto, a ênfase está na IA generativa, aquela capaz de criar conteúdo como textos, vídeos, áudios a partir de solicitações ou comandos enviados pelos usuários, os *prompts*.

Recentemente, perguntei à IA sobre o que ela é, o que é a inteligência artificial, e obtive a seguinte resposta: “É a capacidade de máquinas (computadores, robôs, *softwares*) simularem inteligência, realizando tarefas que normalmente exigiriam cognição humana, como aprendizado, raciocínio,

¹ Este artigo foi publicado originalmente na EccoS – Revista Científica, [S. l.], n. 75, p. e29804, 2025. DOI: 10.5585/2025.29804. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/29804>.

² O processo de revisão textual contou com a assistência do modelo de inteligência artificial DeepSeek, utilizado para verificação de coerência e fluência discursiva. O desenvolvimento teórico, as análises, as críticas e as conclusões são de minha autoria e de minha inteira responsabilidade.

resolução de problemas e tomada de decisões”³ (DeepSeek, 2025). Tomada de decisões é o nosso problema imediato. A IA pode tomar decisões? Se sim, quais decisões pode tomar e com base em quê?

As empresas desenham fluxos de trabalho e inserem a IA para que esses trabalhos se tornem mais eficientes e, logicamente, tenham mais lucro. Estas são as empresas *AI-First*, ou seja, empresas que colocam a IA no centro das decisões, deixando de ser um complemento às ações humanas para reorganizar os processos e torná-los mais ágeis. Isto vai desde a criação de produtos até a interação com clientes. Temos medo de empresas *AI-First*? Aqui, figura uma pessoa fundamental, o *Chief AI Officer* (CAIO). Segundo o Olhar Digital, “o CAIO (na sigla em inglês) é quem garante que a IA não fique restrita a um time técnico, mas faça parte das grandes decisões corporativas” (Montini, 2025), transformando tecnologia em ferramenta essencial para os negócios com o objetivo de reduzir custos. E adiante, encontramos a seguinte afirmação: “Ela [a IA] precisa de liderança, visão estratégica e responsabilidade. Dar a esse executivo [CAIO] um assento na mesa de decisão é preparar a empresa para transformar IA em vantagem competitiva e, mais do que isso, em estratégia de futuro” (Montini, 2025). A lógica algorítmica não tomará as decisões “mais importantes” dentro dessas empresas, mas mesmo assim nos perguntamos: qual a ética subjacente ao uso de IA nas empresas?

Se, de um lado, temos a busca pela eficiência e o lucro, de outro, temos, mais uma vez, a reificação. Em outras palavras, em nome do lucro, há a precarização das pessoas e de suas atividades, mantendo-as apenas como recursos que resulta em potencial humano desperdiçado pelo capitalismo, sim, porque “quem” treina a IA são os dados, dados inseridos por pessoas que possuem um letramento digital. Tal letramento objetiva treinar um profissional para fazer as “perguntas certas” e que possa interpretar as respostas de modo mais eficaz e eficiente possível. Eis que, sem formação humana, até a IA pode fracassar. Seu “limite ilimitado” é estabelecido pelo que o ser humano produziu e produz em termos de conhecimento. Contra a precarização das pessoas, a técnica deverá ceder lugar à criatividade.

Isto nos faz lembrar da educação no início do século XX, quando as fábricas começam a funcionar e cabe às instituições de ensino a formação de mão de obra capaz de usar as máquinas sem quebrá-las, de modo eficiente e que o lucro fosse alcançado sem o excesso de custos para a manutenção. Neste momento em que as empresas investem em inteligência artificial caberá à escola esse

³ Usarei neste artigo o seguinte formato para elaborar a referência para o uso de IA: "empresa" + "comando usado na geração do texto" + nome do algoritmo e data da versão" + "especificação do suporte", como sugerido na página da “tecmundo”, disponível em <https://www.tecmundo.com.br/internet/282499-referenciar-uso-inteligencia-artificial-abnt.htm>. Acesso em 27/09/2025.

letramento em IA, exigência para a empregabilidade atual? A escola será mais uma vez instrumento ideológico a serviço do pensamento hegemônico da formação para o mercado do trabalho?

Retomando a ideia de que a IA tomará decisões em nosso lugar, em 11 de setembro deste ano foi noticiado que a Albânia, país localizado no sudeste europeu, anunciou a nomeação de uma ministra gerada por IA, a Diella⁴, tornando-se o primeiro país do mundo a ter uma IA com “cargo público” encarregada das decisões sobre licitações de contratações públicas cujo objetivo é reduzir a corrupção, já que tomará decisões imparciais e baseadas em algoritmos. A quem interessa delegar tamanha decisão à IA?

Em seu primeiro discurso, a ministra Diella afirmou que ela não substituirá os seres humanos, mas que irá apoiá-los. A superação da corrupção no país é uma exigência para que a Albânia entre na União Europeia. Segundo o primeiro-ministro albanês, Edi Rama, “Diella nunca dorme, não precisa ser paga, não tem interesses pessoais, não tem primos, e primos são um grande problema na Albânia” (UOL, 2025). Pessoas são um problema? Chamo a atenção para o fato de que, ao lermos as notícias sobre Diella, não há qualquer informação sobre como esse *bot* será supervisionado ou sobre as possibilidades de sua manipulação por pessoas mal-intencionadas ligadas ao desenvolvimento desse robô. Segundo Diella, “o verdadeiro perigo para as constituições nunca foram as máquinas, mas as decisões desumanas daqueles que estão no poder” (LIRA, 2025).

É a volta à ilusão da neutralidade e à tecnocracia. Entendo a tecnocracia como aquela opção governamental de entregar as decisões, principalmente as econômicas, para os técnicos, cujo discurso busca justificar essa escolha afirmando que esse tipo de governo faria uso da ciência, da técnica e da engenharia para conduzir as ações político-governamentais. A técnica ignora as questões sociais, as necessidades básicas das pessoas, a proteção aos direitos, o uso do dinheiro público para os problemas públicos, a elaboração de políticas públicas. É a técnica suplantando o poder político. Não podemos negar que todo governante precisa de técnicos e tecnólogos, mas como conselheiros e assessores, não como tecnocratas.

Diella, um robô altamente especializado, tomará decisões a respeito de contratações públicas, exibindo aquele desejo de neutralidade que o ser humano tenta imprimir desde sempre nas ciências, na educação, nas formas de governar. Uma neutralidade impossível de ser alcançada porque a ideologia subjaz as tomadas de decisão. Em outras palavras, Diella é uma ferramenta inelástica se

⁴ Sobre Diella, veja aqui: <https://canaltech.com.br/inteligencia-artificial/diella-ministra-gerada-por-ia-vai-supervisionar-compras-publicas-na-albania/> e aqui: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/09/13/albania-nomeia-ministra-gerada-por-ia-a-primeira-do-mundo.ghtml>

considerarmos que ela será capaz de tomar decisões sem levar em conta variáveis sociais, políticas, culturais e de interesse público.

Faoro (1973, p. 152-153), comentando Max Weber, afirma:

A visão do futuro, para um representante da cultura humanística europeia, adquire a tonalidade de um presságio pessimista: talvez o futuro reserve ao homem a mecanizada petrificação, falsamente embelezada pela convulsiva soberba de criadores de coisas e máquinas. No último estágio dessa viagem estaria o especialista sem espírito, o sensualista sem entranhas, podendo então esta nulidade se vangloriar de haver chegado ao ponto máximo da civilização.

Talvez o primeiro-ministro albanês, e muita gente neste nosso mundo, considere que chegou “ao ponto máximo da civilização” ao ter “alguém” “sem espírito” e “sem entranhas” decidindo sobre as contratações e licitações em seu país. Teoricamente, a Diella seria transparente e eficiente. Dessa forma, a tecnologia e a tecnocracia vão se sobrepondo à gestão democrática do Estado.

A responsabilidade ética da Diella está nas mãos daqueles que decidem com quais dados e informações ela irá trabalhar e como esses dados e informações serão interligados. Nessa realidade virtual, construída pela engenhosidade humana e por ela alimentada, não cabe a vivência e a atribuição de sentido que a experiência humana proporciona e que dá as bases para uma decisão ética. A ética no mundo virtual é a ética de quem alimenta as ferramentas digitais, quem incorpora os códigos morais em sua programação e é aqui que residem nossas preocupações. As máquinas “pensam” a partir desses dados e estabelecem relações de modo lógico e segundo uma determinada lógica, ou seja, a IA depende de quem controla as informações. Por si só, a IA não constrói arranjos ideológicos, mas os reproduz; não decide com base nas necessidades sociais ou em valores socialmente referendados, mas por meio de uma forma hegemônica de pensamento que a subjaz.

A IA pensa? Vamos aceitar aqui que pensar é estabelecer relações com vistas à atribuição e a construção de significados para tomada de decisões, solução de problemas, compreensão da realidade, formação de juízos. A IA não pensa, apenas **simula o pensamento humano**; não raciocina, mas constrói argumentos lógicos sem considerar as circunstâncias socioculturais nas quais um problema surge. Sem um contexto histórico, as decisões que a IA pode apontar estão sempre na relação e na interligação de dados e informações disponíveis. A vida em sociedade é complexa, repleta de rupturas e continuidades, de construções e reconstruções de valores e de conhecimentos. As máquinas simulam a mente humana a partir de paradigmas, probabilidades e padrões pré-estabelecidos, mas dependem de uma ética humana que as supervisione. Os motores de busca de IA estabelecem a visibilidade das informações e determina, por meio de algoritmos, o que

estará ou não disponível ao usuário. E isso não é manter a porta da colonialidade aberta? Quem controla esses motores de busca controla o que vemos, o que ouvimos, o que consumimos e até mesmo o que desejamos, perpetuando uma certa forma de ser, de sentir e de poder.

Esse controle é parte de um processo de colonialidade. Segundo Quijano (2005), colonialidade refere-se a uma estrutura de dominação que submeteu povos e territórios a partir da conquista e da exploração, caracterizando-se pela ocupação do imaginário do outro, daquele que é subalternizado pelas relações de poder e pela ideologia tornada hegemônica.

A colonialidade está para além do colonialismo e refere-se à naturalização das relações de poder, das experiências sociais e subjetivas em pleno acordo com o que se coloca como padrão de ser, de sentir e de saber; se revela nas relações de exploração tanto da mão de obra como das próprias subjetividades que consomem ideias e produtos; sustenta-se nas relações de hierarquia, de dependência e de classificação social, principalmente do ponto de vista étnico-racial, ferramenta do colonialismo para a manutenção das relações de poder e de opressão (Marcondes, 2023, p. 12).

A colonialidade desumaniza e subalterniza e, em tempos de IA, em que medida essa desumanização e essa subalternização acontecem? Uma das maneiras que consigo analisar é a naturalização do poder. De modo concreto, hoje, as *big techs*, grandes empresas que investem em tecnologia e inovação, dominam a IA: Amazon, Apple, Meta, Google, IBM, Microsoft, NVIDIA, Alibaba, Baidu, Tencent e DeepSeek. Estão nas mãos delas a condução de ações que envolvem trabalho, assalariado ou não; privacidade, vide a ascensão das redes sociais; consumo, vide as propagandas que recebemos cotidianamente; eleições, vide o fenômeno das *fake news* no Brasil; gestão pública, vide a plataforma da educação no Estado de São Paulo; entretenimento, vide como os algoritmos nos indicam filmes e séries nos serviços de *streaming*. Essas áreas de atuação da IA nas mãos de poucas empresas direcionam a ação humana, pois, a depender de seus objetivos, orientam nosso consumo e nossos desejos, uberizam o trabalho sob a falsa ideia do empreendedorismo, uberizam o trabalho docente com a imposição do uso das plataformas digitais nas escolas, decidem eleições. A opressão torna-se resultado da ideologia “imposta” às máquinas e, depois, pelas máquinas.

Se antes tivemos um colonialismo em termos de expansão territorial, epistemicídios, genocídios, imposição do capitalismo e do cristianismo, fortalecimento do pensamento hegemônico patriarcal, branco, masculino, machista, agora vemos um colonialismo cibernético que se expande sem as fronteiras territoriais, alimentado pela falsa ideia de globalização com vistas à abertura de mais mercados e mais lucro. A colonialidade que se observa agora é a construção de ideologias globais

para a condução da tomada de decisões segundo os interesses das *big techs*. Essas decisões tomadas desde a escolha de um filme ou o consumo de uma bebida até a influência em processos eleitorais revelam um poder que se mantém calcado em valores coloniais como o patriarcado, já que essas *big techs* nos dizem como devemos agir, e o capitalismo, pois nosso consumo está sendo direcionado pelos *bots* ao acessarmos nossas redes sociais, além da permanente luta travada entre a ideologia dominante que silencia e invisibiliza mulheres e comunidades minoritárias. Ora, a colonialidade do poder está entranhada na forma de agir dessas empresas. Se antes tínhamos os capatazes que garantiam o poder de seus senhores, hoje temos os algoritmos que garantem que a ideologia dessas empresas chegue mais longe, de forma mais veloz e que atinja um número cada vez maior de pessoas.

Para Viveiros de Castro,

todo o projeto das *Big Techs*, o projeto ideológico, é de sair da Terra, mas para sair da Terra eles precisam de terras raras, ou seja, eles precisam cavar o planeta, destruir o planeta para poder sair do planeta, e precisam gastar uma quantidade de água, como a gente sabe, para os data centers.

[...]

Acho que tem uma questão, a tecnologia como uma coisa que as pessoas parecem hipnotizadas. [...] a capacidade de capturar as mentes humanas que as redes sociais têm, de conseguir interferir na macropolítica de um jeito que a gente não imaginava que a velha imprensa escrita, e mesmo televisada, não tinha essa capacidade, essa capilaridade, essa possibilidade de entrar, que têm essas redes, todas elas controladas pelas *big techs* [...] (Domenici, 2025, s/p).

Há um projeto ideológico e, para que isso se torne hegemônico, as *big techs* utilizam ferramentas da colonialidade como o uso dos algoritmos para o controle social e a disseminação de ideias. Assim, observamos a colonialidade do poder que as *big techs* promovem ao apoiarem ações de extrema direita, xenófobas, conservadoras. O patriarcalismo se faz notar em como essa ideologia se firma na condução das ações humanas de modo geral, mas com ênfase no domínio político e econômico. Os pilares da colonialidade – patriarcalismo, capitalismo, racialização e questões de gênero – estão presentes em como essas empresas se colocam no mundo.

Assim, a inteligência artificial tem impactos bastante diretos na vida de cada um de nós. É uma tecnologia nas mãos de poucos cuja ética está apenas centrada no lucro e no acúmulo de capital. Uma colonialidade do poder que gesta a construção de identidades e de saberes. A futurista Amy Webb (2025), afirmou recentemente: “A IA pode ser nossa maior ferramenta de progresso ou nossa

maior ameaça. Tudo depende das escolhas que fizermos agora”. Poderíamos, aqui, pensar que ela está nos aconselhando sobre como devemos nos colocar diante dessa colonialidade do poder, do ser e dos saberes, exigindo uma ética que humanize e que emancipe no lugar de uma colonialidade cibernética disfarçada de democracia digital, mas, de fato, ela está alertando CEOs (*Chief Executive Officer*) já que é

Reconhecida como líder global em previsão estratégica, Amy Webb aconselha líderes em mudanças disruptivas, permitindo que eles naveguem em um futuro imprevisível com confiança e tomem medidas que abordem desafios globais, criem valor sustentável e garantam o crescimento de longo prazo de uma empresa (Webb, 2025).

Em outras palavras, Webb antecipa mudanças, problemas, oportunidades e o surgimento de padrões a serem observados e usados para alimentar a IA e sustentar o modo capitalista de condução do uso das tecnologias.

Não podemos deixar de lembrar que a IA é capaz de processar dados muito rapidamente, mas sempre limitada a padrões derivados de grandes quantidades de dados e não do resultado da experiência com o mundo, do diálogo com as circunstâncias, está restrita ao treinamento, **simulando** emoções, inclusive. Nossa capacidade humana, criadora da IA, inova, experimenta sensações e emoções, adapta-se a novas situações, cria e imagina soluções, alimenta a IA com dados. Somos capazes de julgamento ético. A Diella será capaz de julgamentos éticos? Certamente, ela responderá aos desafios éticos a partir dos dados inseridos por um ser humano bem ou mal-intencionado a depender de seus objetivos de manutenção de poder e de controle social. A Diella, como qualquer ferramenta de IA, pode reproduzir preconceitos e tomar decisões baseadas neles. Sua ética é a ética de quem a manipula. Assim, nenhuma IA está a serviço da emancipação humana.

O controle da IA precisa ser perpassado por uma discussão ética pública, ampliada e aprofundada. Não devemos nos abster do uso da inteligência artificial e o que nos impele a pensar sobre ela é justamente o que está subjacente a ela, ou seja, quem a controla, a supervisiona e a alimenta com dados. A quem interessa nosso medo da IA? Justamente a esses senhores coloniais cibernéticos que desejam se manter no poder e a concentrar capital. A ética que buscamos é aquela que humaniza e emancipa. Quais caminhos devemos percorrer para que a IA siga nessa direção? Tenho uma perspectiva: uma educação crítica.

Entendo educação como todo processo de formação humana e que somente pode ser crítica se houver a possibilidade de atitudes críticas, ou seja, de “uma penetração até a realidade mais íntima do tema, de modo a desvendá-lo, a trazê-lo à luz cada vez mais” (Freire, 1997, p. 19). Essa educação crítica deve ser pautada por uma alfabetização política cujo objetivo é a conscientização e

assumo aqui a definição de Paulo Freire (1997, p. 28): “a palavra portuguesa *conscientização* – o nome que eu dou ao processo pelo qual os homens se preparam eles próprios para inserir-se de modo crítico numa ação de transformação”. Desta forma, constrói-se um esforço de humanização da sociedade, a superação da colonialidade e o controle da IA.

Posto que uma alfabetização política, base de uma educação crítica, pode ser o melhor caminho para se regular, supervisionar e fazer uso da IA, e observando a escola básica e o ensino superior, podemos nos perguntar sobre qual é o papel da professora e do professor. Nos parece que o uso da IA é um caminho sem volta. Qual é o espaço que a escola e a universidade abrem para o uso da IA? Pensemos friamente neste problema. Se a instituição escolar está “sofrendo” com o uso da IA não será ela mesma a “culpada” dessa situação? Será que nós, professoras e professores, deixamos de trabalhar em favor da construção de sentido e de significados em sala de aula e isso leva estudantes a resolverem rapidamente seus problemas com o uso da IA? Será que nossos currículos não estão sobrecarregando os estudantes e, para dar conta de tanta exigência, a IA é um atalho viável?

Vejamos dois exemplos. Há cursos técnicos de nível médio, basta fazer uma rápida busca na internet para comprovar esta informação, cujo currículo é constituído de vinte e um componentes curriculares e as turmas permanecem na escola em período integral, com pouco tempo “livre” entre as aulas. Depois de passarem o dia todo na escola, estudantes exaustos chegam em casa e ainda precisam resolver “tarefas”. Neste caso, não abrimos espaço para o uso da IA? Segundo exemplo: em curso superior noturno frequentado por jovens e adultos trabalhadoras e trabalhadores que se deslocam pela cidade ou entre municípios vizinhos, com, no mínimo, cinco componentes curriculares por semestre, sendo que cada docente estabelece uma carga de leitura (necessária) e uma carga de trabalhos elevada também não abre espaço para o uso de IA?

Recentemente, ouvi relatos de docentes que utilizam a IA para a elaboração de instrumentos de avaliação. Docentes sobrecarregados buscam uma forma de agilizar ou de facilitar seu trabalho já que nos últimos anos houve uma burocratização excessiva do trabalho docente como nunca visto antes. As exigências de registros e relatórios, documentos dos mais variados tipos a serem preenchidos e, como consequência, temos uma das tarefas nevrálgicas do docente atingida ferozmente pelo uso da IA: a avaliação. Para nós, docentes, a avaliação é fundamental. É graças a ela que acompanhamos o crescimento de cada estudante e podemos reorientar nosso trabalho pedagógico, avançando e recuando em termos de conteúdo, propondo novas estratégias, revendo o material de trabalho, promovendo a conscientização sobre a aprendizagem.

A quem interessa termos os instrumentos de avaliação elaborados pela IA que não conhece nossas turmas, não conhece o recorte que fizemos do conteúdo, não conhece os limites e as possibilidades

do trabalho realizado e nem os estudantes? Como elaborar uma avaliação sem conhecer essas variáveis, sem conhecer os objetivos com os quais trabalhamos? Interessa àqueles que desejam manter o trabalho docente cada vez mais precarizado, sem o devido reconhecimento de nosso valor. Uma educação acrítica e sem perspectiva de mudança social aceita o uso de IA na elaboração das “provas” porque não há tempo para o pensar e para a crítica. O trabalho é burocrático: eu ensino e você faz a “prova”. Ponto. Para isso basta a IA.

Assim, a IA nos desafia a repensar não apenas nossa prática cotidiana como docentes, mas nos exige uma reavaliação do papel da educação institucionalizada, seus objetivos formativos e seu currículo. A metodologia do trabalho pedagógico deverá, necessariamente, abandonar as práticas de aulas-palestras e de tarefas repetitivas para adentrar o universo da busca, da investigação, da solução de problemas genuínos. O uso da criatividade e da imaginação deverá ocupar o lugar dessas tarefas sem significado. Neste sentido, a IA pode ser uma ferramenta adequada como auxiliar nas pesquisas escolares e acadêmicas, mas apenas como auxiliar.

Perguntei à IA: como IA, você é capaz de uma reflexão filosófica? E, como esperávamos, a resposta foi “não”. Disse a IA (DeepSeek, 2025): “Como IA, posso simular uma reflexão filosófica, mas há diferenças fundamentais em relação ao pensamento humano”. A IA realiza análises de conceitos filosóficos a partir de dados disponíveis na rede de computadores, faz síntese de ideias e constrói argumentação lógica, gerando analogias com base em padrões existentes. Porém, a IA não é capaz de realizar uma experiência de pensamento, não busca pelo conhecimento e por respostas e soluções derivadas de uma curiosidade genuína, sua busca se dá a partir de um certo estímulo, o *prompt*.

Diferentemente da IA, nós, se tivermos a oportunidade de uma educação para o pensar, somos capazes de pensar reflexivamente, ou seja, desenvolvemos a capacidade de pensar criticamente, nos emancipando das ações meramente rotineiras e impulsivas, dirigindo nossas atividades a partir de propósitos para atingirmos um determinado fim, dominando o ausente e o presente, prevendo consequências. Quanto mais os empresários das *big techs* investem em IA, mais eles investem na supressão de uma educação para o pensar. Quanto mais a IA avança, mais deveríamos investir em educar e nos educarmos para o que Dewey chamou de ação inteligente, ou seja, que sejamos capazes de compreender a natureza, como natureza e como cultura, de atribuir significado e sentido às nossas ações, às nossas experiências e ao conhecimento, de combinar conhecimentos e informações para antecipar consequências e de tomarmos decisões a partir de conhecimentos prévios.

Uma educação que evite os resultados nefastos da IA (considero que a IA é uma ferramenta útil, mas não pode ser o centro do processo educativo e da ação pedagógica) deverá rever seus métodos

de modo a colocar à prova as ideias das educandas e dos educandos, favorecendo o hábito da investigação e da verificação, promovendo situações de observação e superação de crenças, construindo e reconstruindo o conhecimento. Segundo Dewey (1959), para que possamos pensar reflexivamente precisamos investir nossos esforços na investigação de problemas que surgem em nosso cotidiano a partir de um trabalho pedagógico direcionado para esse fim. Assim, este pensador indica três atitudes fundamentais: mente aberta (*open-mindedness*), sendo aquela condição de cultivo da curiosidade, de busca; de todo o coração (*whole-heartedness*), que significa aquele entusiasmo para conhecer com empenho e dedicação, ou seja, com engajamento; responsabilidade (*responsibility*), atitude de pensar detidamente naquilo que está investigando, bem como prever as consequências de suas escolhas. A IA não é capaz de desenvolver essas três atitudes, o que nos leva à necessidade de repensar nosso trabalho em sala de aula.

Mais do que mediadores, na superação das aulas-palestras ou da educação bancária como posto por Paulo Freire, nosso papel, diante do uso da IA, será o de estimular e organizar o trabalho de modo que o centro da ação pedagógica seja a investigação e a solução de problemas por parte das educandas e dos educandos com o objetivo de “provocar e orientar uma investigação e uma reflexão significativas” (Dewey, 1959, p. 54) e que seja um problema genuíno, como nas palavras de Saviani (1991, p. 21):

A essência do problema é a necessidade. [...] Assim, uma questão, em si, não caracteriza o problema, nem mesmo aquela cuja resposta é desconhecida; mas uma questão cuja resposta se desconhece e se necessita conhecer; eis aí um problema. Algo que eu não sei não é problema; mas quando eu ignoro alguma coisa que eu preciso saber, eis-me, então, diante de um problema. Da mesma forma, um obstáculo que é necessário transpor, uma dificuldade que precisa ser superada, uma dúvida que não pode deixar de ser dissipada são situações que se configuram como verdadeiramente problemáticas.

A IA não enfrenta problemas genuínos, mas nós, sim. Então, como lidar com os problemas? Fazendo bom uso da razão, das sensações, da criatividade, da imaginação e, por que não, da IA. Para o bom uso da tecnologia digital é necessária a inclusão digital e a alfabetização digital crítica.

Para finalizar, vamos em busca de algumas respostas. Do que temos medo? Do controle, da dominação, da opressão. A IA pode tomar decisões? Sim e não, mas sempre baseada em dados e não na experiência. Temos medo de empresas *AI-First*? Não, tememos os CAIOs. Qual a ética subjacente ao uso de IA nas empresas? Certamente, a ética de um grupo que controla as *big techs* e que transformam suas ideias e sua ética em pensamento hegemônico graças aos seus capatazes, os algoritmos. A quem interessa nosso medo da IA? Àqueles que orientam o uso da IA e criam um

ambiente controlado segundo seus interesses econômicos e de dominação. E isso não te parece um neocolonialismo?

Referências

ASIMOV, Isaac. *Os robôs e o império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985.

DeepSeek. *Qual a diferença entre IA e a IH?* DeepSeek-V3.1 Release versão de 21 de agosto de 2025. Inteligência Artificial. Disponível em <https://chat.deepseek.com/a/chat/s/99a422c2-e080-4366-96b4-5e1b9fa50a29>. Acesso em 12 de set. de 2025.

DEWEY, John. *Como pensamos: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo: uma reexposição*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DOMENICI, Thiago. Viveiros de Castro analisa três problemas mundiais: crise climática, IA e fascismo. *Agência Pública*, 26 de set. de 2025. Disponível em <https://apublica.org/2025/09/viveiros-de-castro-analisa-tres-problemas-mundiais-crise-climatica-ia-e-fascismo/?s=08>. Acesso em 05 de out. de 2025.

FAORO, Raymundo. Tecnocracia e política. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro: 7 (3), p. 149-163, jul./set. 1973.

FREIRE, Paulo. O processo de alfabetização política. *Rev. da FAEEBA*, Salvador, nº 7, jan/juno, 1997.

LIRA, Roberto de. Diella, IA que é ministra na Albânia, alerta para “decisões desumanas” de governos. *InfoMoney25*, 19 de set. de 2025. Disponível em <https://www.infomoney.com.br/business/diella-ia-que-e-ministra-na-albania-alerta-para-decisoes-desumanas-de-governos/>. Acesso em 28 de set. de 2025.

MARCONDES, Ofélia M. Refletindo sobre giro epistemológico decolonial em educação. *Revista Cactácea*, V.03, N.07, Março de 2023. Disponível em <https://rgt.ifsp.edu.br/ojs/index.php/revistacactacea/article/view/71/78>. Acesso em 03 de out. de 2025.

MONTINI, Alessandra. Chief AI Officer: por que a inteligência artificial precisa de um lugar na mesa da liderança. *Olhar Digital*, 14 de set. de 2025. Disponível em <https://olhardigital.com.br/2025/09/14/colunistas/chief-ai-officer-por-que-a-inteligencia-artificial-precisa-de-um-lugar-na-mesa-da-lideranca/>. Acesso em 28 de set. de 2025.

Ministra da Albânia gerada por IA, uma manobra que levanta inúmeras questões. *UOL* [on-line], 22 de set. de 2025. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/09/22/ministra-da-albania-gerada-por-ia-uma-manobra-que-levanta-inumeras-questoes.htm> . Acesso em 28 de set. de 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

WEBB, Amy. Perfil de membro. *Future Today Institute*, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://ftsg.com/member/amy-webb>. Acesso em 04 de out. de 2025.

Autora:

Ofélia Maria Marcondes

Filósofa e pedagoga. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como docente nos cursos de Licenciatura do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Câmpus Registro.

Líder do grupo de pesquisa Mandacaru: educação e filosofia:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4273081596423963>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2775-2785>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3976550232672957>